

Análise de políticas educacionais – *possível percurso teórico-metodológico: processo, redes, discurso e recontextualização*

Analysis of educational policies – possible theoretical-methodological path: process, networks, discourse, and recontextualization

Análisis de políticas educativas – posible recorrido teórico-metodológico: proceso, redes, discurso y recontextualización

Paulo Marinho 

Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

pmtmarinho@fpce.up.pt

Recebido em 06 de maio de 2026

Aprovado em 24 de setembro de 2026

Publicado em 19 de outubro de 2026

RESUMO

O artigo sistematiza, em forma de ensaio teórico-metodológico, um percurso de análise de políticas educacionais organizado a partir de quatro eixos articulados: política como processo, redes e atores, leitura crítica do texto político e micropolíticas de recontextualização. O objetivo é oferecer um quadro analítico coerente e metodologicamente útil para pesquisas qualitativas, especialmente no campo educacional. O método assenta na articulação crítica de referenciais centrais ao campo da análise de políticas educacionais e na sistematização de categorias analíticas capazes de integrar processo, redes, discurso, prática e recontextualização. Como resultado, propõe-se uma arquitetura analítica que supera visões lineares e normativas da política, integra escalas macro e micro, articula texto, discurso, prática e redes, e explicita operações metodológicas para investigar tradução, performatividade, recontextualização e resistência.

Palavras-chave: Análise de políticas educacionais; Sociologia das políticas; Redes de políticas; Recontextualização; Micropolítica.

ABSTRACT

This article systematizes, in the form of a theoretical-methodological essay, an approach to educational policy analysis organized around four articulated axes: policy as process, networks and actors, critical reading of policy texts, and micropolitics of

recontextualization. Its objective is to offer a coherent and methodologically useful analytical framework for qualitative research, especially in the field of education. The method is grounded in the critical articulation of central references in educational policy analysis and in the systematization of analytical categories capable of integrating process, networks, discourse, practice and recontextualization. As a result, the article proposes an analytical architecture that overcomes linear and normative views of policy, integrates macro and micro scales, connects text, discourse, practice and networks, and makes explicit methodological operations for investigating translation, performativity, recontextualization and resistance.

Keywords: Educational policy analysis; Policy sociology; Policy networks; Recontextualization; Micropolitics.

RESUMEN

El artículo sistematiza, en forma de ensayo teórico-metodológico, un recorrido de análisis de políticas educativas organizado a partir de cuatro ejes articulados: la política como proceso, redes y actores, lectura crítica del texto político y micropolíticas de recontextualización. El objetivo es ofrecer un marco analítico coherente y metodológicamente útil para investigaciones cualitativas, especialmente en el campo educativo. El método se apoya en la articulación crítica de referentes centrales del campo del análisis de políticas educativas y en la sistematización de categorías analíticas capaces de integrar proceso, redes, discurso, práctica y recontextualización. Como resultado, se propone una arquitectura analítica que supera visiones lineales y normativas de la política, integra escalas macro y micro, articula texto, discurso, práctica y redes, y explicita operaciones metodológicas para investigar traducción, performatividad, recontextualización y resistencia.

Palabras clave: Análisis de políticas educativas; Sociología de las políticas; Redes de políticas; Recontextualización; Micropolítica.

Introdução

Nas últimas décadas, o campo da análise de políticas educacionais consolidou-se como um espaço teórico e metodológico decisivo para compreender a complexidade das reformas, dos dispositivos de regulação e das práticas institucionais que atravessam a educação. Ao mesmo tempo, esse campo passou a conviver com dois riscos recorrentes. O primeiro consiste em reduzir a política ao texto normativo, como se lei, decreto, parecer ou resolução esgotassem o fenômeno político. O segundo consiste em tratar a implementação como um processo linear, no qual uma decisão tomada em escala central seria simplesmente aplicada em contextos locais. Ambos os riscos simplificam a política educacional e empobrecem a investigação,

porque extinguem mediações, disputas, traduções e resistências que efetivamente a constituem (Silva; Almeida; Marinho, 2024).

A complexidade das políticas educacionais contemporâneas desafia abordagens lineares, centradas exclusivamente no texto normativo, na implementação formal ou em escalas isoladas de decisão. Embora a literatura já disponha de contributos robustos para pensar políticas como processo, como rede, como discurso e como prática, permanece aberta a necessidade de articular essas entradas analíticas em uma arquitetura interpretativa coerente. É nesse horizonte que se inscreve este artigo, que assume como objetivo propor um quadro teórico-metodológico de análise de políticas educacionais capaz de integrar, sem reducionismos, as dimensões de processo, redes, discurso, prática e micropolítica. Interessa, assim, ter por base a seguinte questão: como construir uma análise integrada das políticas educacionais que permita compreender simultaneamente a sua produção, circulação, tradução e recontextualização nos contextos de prática?

Nesse âmbito, parte-se da hipótese de que a contribuição mais consistente do material não reside na apresentação isolada de conceitos, mas na possibilidade de integrá-los em um percurso metodológico apto a orientar pesquisas qualitativas, particularmente no campo da educação e no nível da pós-graduação. Tal percurso pode ser especialmente relevante num contexto no qual vários autores (Ball, 1990; Mainardes, 2006; Mainardes; Ferreira; Tello, 2011) sustentam, que parte da produção em análise de políticas educacionais ainda oscila entre descrições normativas da política, leituras excessivamente macroestruturais ou estudos empíricos que não explicitam de modo suficiente os seus referenciais teóricos e metodológicos.

Este artigo resulta da sistematização e do aprofundamento dessas questões a partir de um seminário-formação desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (2026), assumindo, contudo, a forma de um ensaio teórico-metodológico voltado à discussão de problemas mais amplos do campo da análise de políticas educacionais.

Trata-se, portanto, de um ensaio teórico-metodológico, construído a partir de uma sistematização crítica da literatura e da articulação de categorias analíticas centrais ao campo da análise de políticas educacionais, em diálogo com contribuições que permitem compreender a política simultaneamente como processo, rede, discurso e prática. O texto dialoga, particularmente, com Stephen Ball (1987, 1990, 2003, 2012), com a abordagem de Bowe, Ball e Gold (1992), com a noção de recontextualização em Basil Bernstein (1996) e com a discussão sobre agência docente em Priestley, Biesta e Robinson (2015). Recorre, ainda, a autores que têm analisado o contexto brasileiro da avaliação, da *accountability* e da performatividade, tais como Freitas (2012, 2014), Bonamino e Sousa (2012) e Mainardes (2006, 2018), mobilizados, em alguns momentos, para sustentar exemplos de análise.

Nesse sentido, a abordagem do ciclo de políticas, especialmente ao articular contextos de influência, produção de texto e prática, constitui uma referência importante para pensar a política como processo relacional, não linear e continuamente recontextualizado.

A este propósito, cabe ainda aproximar o percurso aqui proposto de contribuições que, no plano internacional, vêm alargando o campo da análise de políticas ao enfatizar a problematização discursiva, a circulação transnacional e a mobilidade das reformas. A proposta de Bacchi (2009), ao interrogar como as políticas representam os problemas que afirmam enfrentar, reforça que os textos não apenas respondem a questões prévias, mas fabricam objetos de intervenção. Peck e Theodore (2012) e Verger, Novelli e Altinyelken (2012) ajudam a compreender que políticas viajam, são apropriadas em diferentes escalas e se reconfiguram à medida que passam por novas redes, instituições e arenas de decisão.

O texto está organizado em cinco movimentos. No primeiro, discute-se a passagem de uma visão normativa e linear para uma compreensão processual da política. No segundo, examinam-se redes, atores e dispositivos, ampliando a escala da análise para além do Estado nacional. No terceiro, sistematiza-se uma proposta de leitura crítica do texto político e de suas traduções na prática. No quarto, discutem-se micropolíticas, resistências e recontextualizações, com especial atenção ao caso brasileiro das políticas de avaliação. No quinto, os quatro movimentos anteriores são integrados em um percurso teórico-metodológico único, voltado à pesquisa em políticas educacionais.

Procedimentos de construção do percurso analítico

A sistematização não pretende constituir uma revisão sistemática nem exaurir a produção do campo. A escolha dos referenciais foi intencional e orientada por quatro critérios: i) centralidade das obras para a análise sociológica de políticas educacionais; ii) complementaridade entre níveis e objetos de análise; iii) capacidade de converter conceitos em perguntas e operações de pesquisa; e iv) pertinência para examinar políticas educacionais (... e neste caso, com exemplo em contextos brasileiros).

Assim, obras fundadoras foram combinadas com estudos que permitem problematizar redes, circulação transnacional, avaliação, performatividade e agência, formando um corpus teórico delimitado pela questão do artigo.

A construção do percurso ocorreu em três operações. Primeiro, realizou-se a leitura analítica dos referenciais, registrando-se, para cada obra, o problema privilegiado, a unidade de análise, os conceitos mobilizados e as consequências metodológicas. Em seguida, esses elementos foram comparados para identificar convergências, tensões e lacunas. Por fim, foram agrupados em quatro eixos, conservando-se como categorias aquelas que respondiam a uma pergunta distinta e

podiam ser relacionadas a evidências empíricas, como documentos, relações entre atores, dispositivos, interpretações e práticas. Esse procedimento evita que a integração se reduza à justaposição de autores.

O critério de articulação entre os eixos é relacional, em que cada um ilumina uma dimensão específica, mas a passagem entre eles é examinada por meio da circulação, da tradução e da recontextualização. A abordagem do ciclo de políticas fornece uma base para acompanhar influência, texto e prática; a análise de redes torna observáveis atores, fluxos e dispositivos; a leitura discursiva interroga a construção dos problemas e dos sujeitos; e a micropolítica mostra como os sentidos são negociados localmente. A originalidade da proposta não está em reivindicar uma nova teoria geral, mas em explicitar as conexões e as operações que permitem mobilizar esses aportes num mesmo desenho de pesquisa, sem apagar as suas diferenças. Essa composição exige vigilância contra o ecletismo e a mera adição de teorias, problema assinalado por Mainardes (2018) ao discutir o pluralismo no campo.

Os quadros e as figuras foram construídos a partir dessa passagem dos conceitos às operações. A Figura 1 e os Quadros 1 e 2 podem ser usados como instrumentos de desenho e análise em pesquisas empíricas, que orientam a seleção de fontes, o registo de evidências e o confronto entre escalas, sem impor uma sequência fixa. A Figura 2 oferece uma síntese das relações entre os eixos, enquanto o Quadro 3 cumpre função formativa ao transformar decisões epistemológicas e metodológicas em exercícios de cartografia. Por isso, esses dispositivos são heurísticos, e não *checklists*, pois, cada pesquisa deve selecionar, adaptar e justificar as perguntas pertinentes ao seu objeto; registrar evidências e contraexemplos; e retornar aos eixos sempre que os dados exigirem a revisão das categorias iniciais.

Superar a linearidade: política como processo, texto, discurso e prática

Uma das contribuições centrais da sociologia das políticas consiste em deslocar a análise da política educacional de uma visão centrada na norma para uma perspectiva que a entende como processo social, histórico e relacional. É com base nessa ideia, que Ball (1990) argumenta que a política não pode ser reduzida a uma sequência técnica de formulação, implementação e avaliação. Ao contrário, a política precisa ser lida como produção social atravessada por disputas, interesses, valores e formas de poder que se sedimentam em textos, discursos, dispositivos e práticas (Ball, 1990). Tal deslocamento é fundamental porque impede que a política seja tomada como objeto estático e permite interrogá-la como (re)construção em permanente movimento.

É nessa direção que Bowe, Ball e Gold (1992), ao formularem a referente à abordagem do ciclo de políticas, em vez de separar rigidamente etapas, propuseram contextos inter-relacionados — em vez de separar rigidamente etapas, tornando visíveis a circulação de sentidos e a instabilidade do político. Mais tarde, Ball (1994) acrescentaria também os contextos dos efeitos e da estratégia política, ampliando as possibilidades de leitura. O importante, contudo, não é transformar o ciclo em uma grade rígida, mas utilizá-lo como lente analítica aberta, capaz de pôr em relação diferentes momentos e escalas da política. Nesse sentido, a contribuição do ciclo está menos em oferecer um roteiro fechado e mais em impedir que a investigação se confunda com mera interpretação normativa (Bowe; Ball; Gold, 1992; Mainardes, 2006).

Quando se afirma que a política deve ser analisada como texto, discurso e prática, não se trata de somar três dimensões independentes, mas de compreender uma articulação constitutiva. O texto político formaliza decisões, seleciona categorias, nomeia problemas e define prioridades. O discurso, por sua vez, não apenas “acompanha” o texto, mas produz inteligibilidades, legitima certas interpretações do mundo educacional e delimita o campo do pensável. Já a prática remete ao modo como a política é apropriada, traduzida e vivida nos contextos institucionais e organizacionais. A política existe, portanto, na tensão entre essas três dimensões. Se o texto estabiliza provisoriamente significados, a prática os reabre; se o discurso orienta leituras, os atores o reinterpretam em condições concretas, situadas, vividas e sentidas.

Deste modo, esta compreensão obriga a abandonar a noção de implementação como aplicação direta, pois, a política não “chega” aos contextos de modo íntegro, pronto e unívoco. Quando entra em instituições / organizações, redes e rotinas profissionais, a política é relida, negociada e reorganizada. Por isso, em vez de implementação, torna-se mais produtivo falar em tradução, mediação e recontextualização. Essa mudança terminológica é mais do que semântica, uma vez que altera o objeto da análise, pois, interessa menos verificar a fidelidade ao texto e mais compreender como a política muda de sentido nos contextos em que opera. Em termos metodológicos, isso significa perguntar em que pontos da trajetória política determinados elementos são enfatizados, relativizados, deslocados ou mesmo silenciados.

Nesta focalização, a noção de agência poderá ajudar a radicalizar esse argumento. Priestley, Biesta e Robinson (2015) propõem uma abordagem ecológica da agência docente que rompe com a ideia de que agir depende apenas de atributos individuais. A agência é vista como realização situada, produzida na intersecção entre histórias profissionais, condições estruturais e projetos de ação. Transferida para a análise de políticas, essa formulação reforça que atores não são simples executores.

Professores, gestores, técnicos e outros profissionais operam leituras seletivas da política, articulando-a a repertórios prévios, constrangimentos institucionais e expectativas normativas. Desse ponto de vista, a política é sempre também aquilo que os atores/agentes conseguem fazer com ela (Priestley; Biesta; Robinson, 2015).

Outra consequência desse deslocamento é a centralidade analítica dos silêncios e exclusões. Toda política, ao nomear certos problemas, invisibiliza outros; ao fixar prioridades, rebaixa dimensões concorrentes; ao instituir determinados sujeitos como legítimos, deixa outros nas margens. A investigação não deve concentrar-se apenas naquilo que a política diz, mas também no que deixa de dizer. Essa atenção aos silêncios é decisiva para estudos que se ocupam de justiça social, desigualdades e profissionalidade docente, porque evidencia que o político se constrói também por ausências programáticas, indefinições conceituais e deslizamentos semânticos.

Assim, o primeiro movimento analítico aqui proposto consiste em tratar a política como processo vivo. Isso implica, no plano teórico, rejeitar a linearidade e, no plano metodológico, formular perguntas capazes de acompanhar a emergência da política, tais como: que problema está a ser construído? quem o nomeia? que discursos o sustentam? que interesses e disputas o atravessam? em que ponto a política começa a mudar de sentido? Essas questões funcionam como fundamento para os movimentos seguintes.

Redes, atores, dispositivos e etnografia das políticas

Se o primeiro movimento permite superar a visão normativa e linear, o segundo amplia a escala da análise ao mostrar que a política educacional não se esgota no Estado nacional. Ball (2012) argumenta que as políticas contemporâneas são crescentemente produzidas em redes que articulam governos, organismos internacionais, empresas, fundações, consultores, especialistas e dispositivos técnicos. Não se trata de afirmar a irrelevância do Estado, mas de reconhecer que este opera em arranjos policêntricos, marcados por interdependências, circulação de *expertise* e novas formas de governança (Ball, 2012). A política, nessa chave, deixa de ser pensada como decisão localizada e passa a ser concebida como efeito de relações.

A noção de *policy networks* é particularmente fecunda porque desloca a atenção de “quem decide” para “como circula a influência”. Redes políticas não são apenas conjuntos de atores conectados; constituem formas específicas de governar, nas quais saberes especializados, indicadores, *benchmarking*, consultorias e parcerias se tornam meios de intervenção. O poder, portanto, não desaparece; reconfigura-se. Em vez de se expressar exclusivamente por comando hierárquico, distribui-se em circuitos nos quais a autoridade pode derivar do controle de dados, da

capacidade de definir padrões, da formulação de métricas ou da posição estratégica em arranjos transnacionais (Avelar; Ball, 2024).

Essa ampliação do olhar também se aproxima de estudos sobre circulação e mobilidade de políticas, para os quais redes não designam apenas conexões estáticas entre instituições, mas trajetórias de deslocamento, empréstimo e reinscrição contextual de modelos, dispositivos e linguagens de reforma. Nesse sentido, seguir a política implica acompanhá-la não apenas onde esta é formalmente decidida, mas nos percursos pelos quais ganha legitimidade, se estabiliza provisoriamente e é retraduzida em diferentes contextos (Peck; Theodore, 2012; Verger; Novelli; Altinyelken, 2012).

Essa discussão ganha densidade quando articulada à noção de performatividade. Em um texto já clássico, Ball (2003) descreve a performatividade como uma tecnologia política e moral que introduz comparações, julgamentos e visibilidades permanentes, induzindo sujeitos e organizações a responder a metas, resultados e evidências. A performatividade não opera apenas como mecanismo técnico de gestão, mas reordena prioridades, redefine o que conta como qualidade e produz novos regimes de responsabilização (Ball, 2003). No campo educacional, *rankings*, avaliações externas, indicadores de desempenho e relatórios comparativos — entre eles, PISA, SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) — funcionam como dispositivos que tornam governável aquilo que medem, ao mesmo tempo que silenciam dimensões menos traduzíveis em números (exemplos de dispositivos: PISA, SAEB, IDEB, Indicadores de desempenho, *accountability*...).

O caso brasileiro da política de avaliação educacional é exemplar para pensar esse movimento. Nesse contexto, dispositivos como o SAEB e o IDEB não podem ser entendidos apenas como instrumentos nacionais de monitoramento, pois inscrevem-se numa rede mais ampla de circulação de modelos de avaliação, *accountability* e regulação por resultados, em diálogo com agendas internacionais e com lógicas de comparação global. Bonamino e Sousa (2012) mostram que a avaliação da educação básica no Brasil reconfigurou-se em diferentes gerações, combinando finalidades diagnósticas, responsabilização e efeitos curriculares. Para estes mesmos autores, o ponto central não está apenas na existência das avaliações, mas no modo como estas se tornam referência para políticas, gestão, discurso público e organização do trabalho escolar.

É nesse cenário, que Freitas (2012) adverte que a combinação entre responsabilização, meritocracia e privatização redefine o próprio campo de disputas da educação pública no Brasil. A expansão de dispositivos de controle do desempenho, associada à entrada de atores empresariais, consultorias e fundações, não se limita a introduzir técnicas de gestão, mas interfere na definição dos objetivos

da escola, dos critérios de qualidade e da autonomia profissional. Ao enfatizar resultados mensuráveis, esse acordo tende a privilegiar uma matriz restrita de qualidade, orientada por evidências quantificáveis e pouco sensível a dimensões formativas mais amplas (Freitas, 2012).

Assim, e do ponto de vista metodológico, compreender a política como rede exige mais do que identificar atores. É preciso mapear relações, fluxos e escalas e para isso é necessário questionar: Quem participa formalmente da política? Quem influencia de modo informal? Que organismos internacionais e atores locais – consultorias, fundações, universidades, empresas ou agências especializadas intervêm na construção dos referenciais? Que dispositivos — indicadores, metas, sistemas de avaliação, plataformas digitais e relatórios — dão materialidade à rede? Em que escalas a política circula: local, nacional, regional ou transnacional? Essas questões deslocam o pesquisador de uma ontologia estatal da política para uma ontologia relacional.

Nesse ponto, a etnografia (de rede) das políticas (Avelar; Ball, 2024) oferece um importante princípio metodológico, que se constituem em seguir a política. Seguir a política significa acompanhar documentos, atores, viagens, eventos, arenas decisórias, circulações discursivas e práticas de tradução. Não se trata necessariamente de adotar uma etnografia clássica prolongada, mas de incorporar uma sensibilidade etnográfica que permita observar onde a política muda, quem a redefine e por quais mediações se torna operável. O mapeamento de redes, a análise de documentos, a observação de eventos, a leitura de *websites* institucionais e a realização de entrevistas com atores estratégicos podem ser combinados de modo a reconstruir o percurso relacional da política.

Propõe-se, assim, uma primeira operação metodológica integrada, que consiste em delimitar a política e a escala de análise; identificar atores visíveis e invisíveis; mapear tipos de relação (influência, financiamento, regulação, conhecimento, parceria); reconhecer dispositivos que estruturam a rede; e interrogar como o poder circula. Essa operação evita duas reduções frequentes, a de limitar a análise ao texto normativo e a de confundir rede com simples lista de instituições. Em síntese, o segundo movimento mostra que políticas não apenas são processuais, mas também são produzidas em redes heterogêneas, nas quais se articulam poder, *expertise* e dispositivos de regulação.

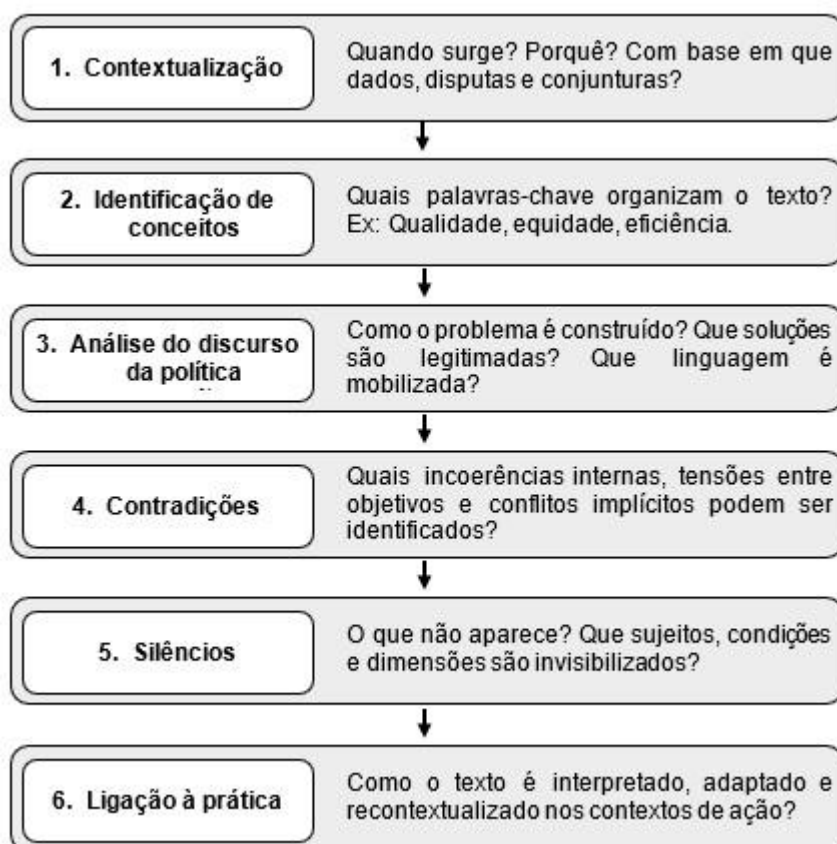
Do texto à prática: leitura crítica e operações metodológicas

Neste terceiro movimento, a análise volta-se para os textos políticos, procurando compreender o seu papel na circulação e na interpretação das políticas e na sua tradução em práticas. Reconhecer que a política se constrói em processos e redes implica, assim, ler os textos em relação aos atores e aos contextos em que são

produzidos e mobilizados. Textos normativos, pareceres, relatórios, diretrizes e documentos programáticos continuam a ser materiais fundamentais para a análise, mas não podem ser tomados como espelhos da realidade. Devem ser tratados como objetos discursivos que constroem problemas, distribuem responsabilidades, definem categorias legítimas e orientam modos de ação. Analisar o texto político implica, portanto, compreender como este produz uma determinada visão de educação e como procura estabilizar certos sentidos em detrimento de outros.

É nesse cenário, que Ball (1990) insiste que o texto da política é sempre polissêmico. Ou seja, embora o texto possa trazer prescrições, não elimina ambiguidades nem garante uma leitura única. A própria escrita da política é resultado de compromissos, disputas e acomodações entre agendas diversas. Por isso, um documento político raramente é conceitualmente homogêneo. Com frequência, convivem vocabulários distintos, definições apenas parcialmente compatíveis e formulações suficientemente abertas para suportar usos divergentes. Para a pesquisa, isso significa que o texto não deve ser tomado como unidade fechada, mas como campo de tensões.

Figura 1 – Operações para análise de um texto político - Do texto à prática



Fonte: Elaboração própria.

Uma leitura crítica pode ser organizada em seis operações interdependentes. A primeira é a contextualização. Todo texto político precisa ser situado, considerando quando surge, em resposta a que problemas, em que conjuntura econômica, política e institucional, sob quais pressões e com que justificativas. Essa operação impede a leitura imanente do documento e recoloca a política em relação com agendas sociais e históricas mais amplas. A segunda é a identificação de conceitos-chave. Termos como qualidade, equidade, eficiência, inovação, autonomia, resultados e responsabilização não funcionam como palavras neutras, pois, estes condensam orientações normativas, visões de mundo e apostas regulatórias; por isso, precisam ser interrogados.

A terceira operação é a análise do discurso propriamente dita. Aqui importa analisar como o problema educacional é construído, que soluções são oferecidas, que linguagem é mobilizada, que sujeitos são convocados e sob quais modos de responsabilização. A pergunta não é apenas “o que o texto diz?”, mas “que realidade fabrica ao dizer?”. A quarta operação diz respeito às contradições, tais como: incoerências internas, tensões entre objetivos, deslizamentos terminológicos, promessas incompatíveis entre si e conflitos entre diferentes normativos sobre o mesmo tema. Contradições não são falhas acidentais; muitas vezes revelam a tentativa de acomodar agendas divergentes dentro do mesmo texto.

Nessa direção, Bacchi (2009) propõe examinar as políticas a partir do modo como representam e tornam governáveis determinados problemas. Tal perspectiva aprofunda a leitura de conceitos, soluções e silêncios, ao deslocar a atenção do conteúdo manifesto do documento para os enquadramentos que produzem objetos de intervenção, sujeitos políticos e horizontes de ação. Em termos metodológicos, isso reforça a necessidade de perguntar não apenas o que o texto prescreve, mas que problema este constrói como legítimo e que alternativas tende a excluir.

A quinta operação concentra-se nos silêncios. Como já se sugeriu, o que o texto não nomeia também é politicamente relevante. Que sujeitos permanecem fora do enquadramento? Que desigualdades não são tematizadas? Que dimensões do trabalho pedagógico são apagadas em favor de outras? Em políticas fortemente orientadas por desempenho, por exemplo, é comum que aspectos curriculares, sociais e relacionais da educação sejam rebaixados diante de resultados mensuráveis. A sexta operação, por fim, consiste em articular o texto à prática. Não basta identificar os sentidos potencialmente inscritos no documento; é necessário perguntar como este é lido, apropriado e transformado por aqueles que o mobilizam no cotidiano institucional.

Essas operações podem ser combinadas com diferentes técnicas de recolha e de análise para mapear recorrências conceituais, categorizações e temas dominantes. Entrevistas com gestores, professores, técnicos e formuladores ajudam a apreender

o modo como os textos são interpretados e traduzidos. Observações em reuniões, formações, eventos e práticas pedagógicas tornam visível o percurso pelo qual certos enunciados ganham materialidade institucional.

A relevância metodológica desse movimento está em evitar que a leitura crítica se reduza a denúncia impressionista. O pesquisador precisa construir categorias analíticas, explicitar procedimentos e cruzar fontes. Uma boa análise de políticas não se satisfaz em afirmar genericamente que um texto é neoliberal, gerencialista ou contraditório; deve mostrar como tais características se manifestam nas escolhas linguísticas, nos conceitos mobilizados, nos dispositivos acionados e nos efeitos que se tornam prováveis. É nessa direção que Mainardes, Ferreira e Tello (2011) insistem na necessidade de dar consistência teórico-metodológica ao campo, articulando debates epistemológicos, escolhas analíticas e procedimentos de investigação.

A passagem do texto à prática, portanto, não corresponde a um abandono do documento em favor do “real”. Significa, antes, reconhecer que o documento é uma das materialidades da política e que seus sentidos só se completam quando observados em relação às práticas institucionais e ou organizacionais. A pesquisa em políticas educacionais ganha densidade quando consegue mostrar como determinados vocabulários normativos se convertem em orientações de gestão, instrumentos de monitoramento, expectativas profissionais, rotinas curriculares e dispositivos de avaliação.

Micropolíticas, resistências e recontextualização: contribuições para a pesquisa

O quarto movimento do percurso analítico incide sobre o local organizacional e profissional em que a política ganha forma situada. Aqui, a contribuição da micropolítica é decisiva. É nesse sentido, que Ball (1987) argumenta que a escola não pode ser pensada como unidade homogênea de execução, mas como arena atravessada por interesses, alianças, conflitos, recursos desigualmente distribuídos e disputas por legitimidade. A micropolítica desloca o olhar para as interações quotidianas, para os modos pelos quais atores mobilizam posições, linguagens, conhecimentos e relações a fim de fazer prevalecer determinadas interpretações da política (Ball, 1987). Em lugar de uma organização que apenas cumpre decisões externas, surge uma organização que seleciona, acomoda, negocia e resiste.

Esse ponto é essencial porque recoloca o problema da recontextualização. A partir de Bernstein (1996), pode-se dizer que discursos oficiais não entram intactos em campos pedagógicos concretos. Ao transitarem por instituições/organizações e práticas, são recontextualizados – em que categorias são redefinidas, prioridades são redistribuídas, temporalidades são ajustadas e partes do texto são destacadas enquanto outras são atenuadas. A política torna-se, assim, produção de novas

versões da regra. Ou seja, os sujeitos nos contextos da prática não se limitam a reproduzir o texto político, pois, ao selecioná-lo, interpretá-lo e reorganizá-lo, podem produzir novos sentidos e formas de ação, dentro das possibilidades e dos limites que atravessam esses contextos. Nesse sentido, o pesquisador não deveria perguntar se a prática é fiel ao texto, mas em que medida esta o traduz, o recombina ou o contradiz. Essa perspectiva altera profundamente a análise, porque o foco deixa de ser a conformidade e passa a ser a transformação de sentido (Bernstein, 1996).

A resistência aparece, nesse quadro, não como evento excepcional, mas como dimensão constitutiva da vida organizacional. Em muitos contextos educacionais, resistir não significa oposição frontal, aberta e ruidosa. Pode significar desacelerar um processo, reinterpretar metas, cumprir formalmente uma exigência e alterá-la na prática, manter rotinas pedagógicas que relativizam a política prescrita ou proteger espaços de autonomia profissional diante de dispositivos de controle. A literatura sobre resistências quotidianas, embora elaborada em outros campos, ajuda a legitimar essas formas discretas de ação como objetos analíticos e não como desvios irrelevantes (Scott, 1985). Em educação, estas evidenciam tensões entre regulação, profissionalidade, condições institucionais e sentidos da formação.

O contexto brasileiro de avaliação educacional e *accountability* oferece um terreno particularmente fecundo para observar micropolíticas, recontextualizações e resistências. Nesse contexto, dispositivos como SAEB e IDEB, articulados a metas de desempenho, introduziram um ambiente no qual qualidade tende a ser associada a resultados, comparações e visibilidade pública. Ao mesmo tempo, tais dispositivos materializam-se de forma desigual nas redes e escolas. Em algumas situações, geram monitoramento intensivo, focalização curricular e forte pressão por desempenho; em outras, produzem acomodações seletivas, usos ritualizados dos dados ou tentativas de proteção de projetos pedagógicos menos subordinados ao teste. A questão metodológica central passa a ser: como cada organização responde a essas pressões?

Bonamino e Sousa (2012) observam que as avaliações em larga escala, no caso brasileiro, estabeleceram interfaces crescentes com o currículo e com a vida escolar. Freitas (2012), por sua vez, chama atenção para o risco de que a lógica de responsabilização reordene o trabalho pedagógico segundo critérios estreitos de eficácia. Interpretados à luz de Ball (2003), esses processos indicam a força da performatividade como regime que não apenas mede, mas induz comportamentos. O que interessa à análise, no entanto, não é reiterar abstratamente que há performatividade, e sim descrever como esta entra na escola, por meio de reuniões de monitoramento, definição de metas, seleção de conteúdos, priorização de turmas, gestão do tempo docente, elaboração de simulados, pressão por resultados ou reinterpretções estratégicas das exigências externas.

Este tipo de análise ganha centralidade quando estruturado a leituras que articulam avaliação, currículo, responsabilização e contextos de prática. Nessa direção, Mainardes (2006) insiste na articulação entre contextos, textos e práticas, enquanto Freitas (2012, 2014) e Bonamino e Sousa (2012) ajudam a explicitar como dispositivos de avaliação podem produzir efeitos diferenciados sobre redes, escolas e trabalho pedagógico, reordenando tempos, prioridades e critérios de qualidade.

Um dispositivo como o IDEB, por exemplo, não existe apenas como indicador oficial. Esse dispositivo passa a existir também como justificativa para reorganizações curriculares, para a intensificação de práticas avaliativas internas, para negociações entre direção e professores, para a redefinição do que conta como êxito escolar e para o deslocamento de esforços pedagógicos em direção ao que é mensurável. Em algumas escolas, isso pode levar à adesão forte à lógica do desempenho; em outras, a combinações ambivalentes entre cumprimento institucional e defesa de valores pedagógicos mais amplos. O pesquisador não deve pressupor homogeneidade; deve tornar observáveis as mediações locais.

Metodologicamente, investigar micropolíticas e recontextualizações requer um desenho qualitativo e situado. Nesse âmbito, uma estratégia promissora consiste em articular pelo menos quatro planos de observação: i) o texto político, ii) os dispositivos que operacionalizam a política, iii) as interpretações dos atores e iv) as práticas efetivamente produzidas. Entrevistas semiestruturadas podem explorar como gestores, professores e técnicos compreendem a política, que mudanças percebem e que dificuldades enfrentam. Observações de reuniões, rotinas pedagógicas, processos avaliativos e momentos de prestação de contas permitem acompanhar a política em ação. A análise documental mostra a política prescrita; a entrevista revela a política interpretada; a observação torna visível a política praticada. O ganho analítico surge precisamente do cruzamento entre essas camadas.

Para tornar esse cruzamento operacional, uma matriz comparativa pode ser especialmente útil, pois, o pesquisador organiza, em colunas, a prescrição oficial, a interpretação dos atores, a prática observada, as tensões identificadas e os efeitos produzidos. Esse tipo de instrumento ajuda a evitar que a análise se disperse em descrições soltas e favorece a comparação entre escolas, redes ou arenas institucionais/organizacionais. Mais importante, permite evidenciar não apenas que a política mudou, mas como, por que e sob quais pressões se transformou. O quarto movimento, assim, fecha o percurso analítico ao mostrar que políticas educacionais se realizam, de facto, na tensão entre regulação e contexto, entre prescrição e prática, entre performatividade e profissionalidade.

Um percurso teórico-metodológico integrado para a pesquisa em políticas educacionais

Os quatro movimentos discutidos até aqui — processo, redes, texto e micropolítica — podem ser articulados em um percurso teórico-metodológico para pesquisas em políticas educacionais. Ao colocá-los em diálogo, é possível acompanhar a política em diferentes escalas e a partir de diferentes materiais empíricos, sem perder de vista as relações que os conectam. Essa articulação também ajuda a reduzir sobreposições conceituais, pois cada movimento orienta a análise a partir de uma pergunta específica. O primeiro procura compreender como a política emerge e se constrói; o segundo, por quem e em que redes circula; o terceiro, como ganha forma nos textos e nos discursos; e o quarto, como é interpretada e recontextualizada nas práticas.

É de salientar, que o percurso aqui proposto dialoga com a abordagem do ciclo de políticas ao reconhecer a articulação entre influência, textualização e prática, sem tratar seus contextos como etapas de um roteiro fixo. A contribuição específica consiste em tornar metodologicamente explícitas quatro passagens: i) da emergência do problema às redes que o estabilizam; ii) das redes aos textos e dispositivos que materializam a política; iii) dos textos às interpretações dos atores; e iv) às recontextualizações, resistências e efeitos. Com isso, a sociologia das políticas, a análise de redes, a leitura discursiva e a micropolítica deixam de operar como perspectivas paralelas e passam a orientar perguntas, fontes e unidades de análise articuladas.

Essa integração pode ser operacionalizada em três níveis de desenho de pesquisa. No primeiro nível, define-se o problema e o recorte empírico: que política será estudada, em que período, em qual escala e com que unidade de análise. No segundo, constroem-se categorias a partir do quadro teórico: construção do problema, atores, redes, dispositivos, conceitos-chave, silêncios, interpretações, recontextualizações, resistências e efeitos. No terceiro, combinam-se fontes e técnicas coerentes com essas categorias: documentos oficiais, relatórios, normativos, indicadores, entrevistas, observações, *websites* institucionais, eventos públicos e materiais produzidos pelas organizações. O ponto principal é que teoria e método avancem juntos.

Em termos didáticos e formativos, o percurso também permite orientar pesquisadores em formação. Muitos estudos iniciantes de política educacional oscilam entre o excesso de descrição documental e a generalização teórica pouco lastreada em materiais empíricos. O modelo aqui proposto pode funcionar como mediação entre esses extremos, pois, convida o pesquisador a não começar pela técnica, mas pela pergunta analítica. Se a questão é sobre produção da política, o foco recai sobre contextos de influência e redes; se é sobre sentidos do texto, a análise

documental e discursiva ganha centralidade; se é sobre efeitos institucionais, a observação e as entrevistas tornam-se incontornáveis. A dimensão formativa, portanto, não se reduz à simplificação da literatura, mas visa contribuir para aprofundamentos metodológicos na temática, potenciando ao pesquisador a compreensão das relações entre pressupostos teóricos, unidade de análise, fontes, categorias e procedimentos, bem como o reconhecimento dos limites de cada escolha; e a revisar o desenho diante de evidências que contrariem as categorias iniciais. Assim, o percurso não prescreve um único método, mas forma para a justificação reflexiva das decisões metodológicas.

Para tornar essa proposição mais concreta, o Quadro 1 sintetiza o vínculo entre módulo analítico, foco teórico e operações de pesquisa. Já o Quadro 2 organiza perguntas orientadoras que podem ser utilizadas em investigações empíricas. Ambos funcionam como dispositivos heurísticos aplicáveis ao planejamento, à produção de dados e à análise, no qual o pesquisador seleciona as perguntas adequadas ao problema, associa cada uma a fontes e evidências possíveis, registra convergências e tensões e revê as categorias durante o trabalho de campo. Não devem, portanto, ser lidos como *checklists* rígidos nem preenchidos integralmente, mas adaptados ao recorte e à escala de cada investigação.

Outro ganho dessa integração está em permitir que o pesquisador trabalhe com movimentos de ida e volta entre escalas. Um estudo pode começar pela leitura de um documento nacional, deslocar-se para as redes transnacionais que influenciaram sua formulação, voltar ao texto para examinar conceitos e silêncios e, então, entrar em escolas ou secretarias para observar recontextualizações e resistências. Em vez de oposição entre macro e micro, o que se propõe é uma análise relacional das escalas, capaz de mostrar como estas se coproduzem. A política nacional incorpora repertórios globais; a prática local redefine o sentido do texto; a interpretação dos atores reabre o que parecia estabilizado; e os dispositivos tornam comparáveis e governáveis certos aspetos da vida escolar.

Se a política educacional contemporânea se caracteriza pela multiplicação de atores, escalas, discursos e dispositivos, então a pesquisa precisa responder a essa complexidade sem dissolvê-la em eclecticismo. O percurso aqui sistematizado procura justamente manter a complexidade inteligível, oferecendo um modo de articular sociologia das políticas, análise crítica do discurso, etnografia das políticas e estudos micropolíticos, preservando a especificidade de cada contribuição e evitando sobreposições desnecessárias. Mais do que uma soma de autores, trata-se de uma arquitetura analítica.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644496611>

Quadro 1 – Percurso teórico-metodológico integrado para análise de políticas educacionais

Movimento analítico	Pergunta central	Categorias	Fontes e técnicas
Processo	Como a política emerge e se constrói?	problema; contexto; disputas; texto; discurso; prática	normativos; preâmbulos; relatórios; revisão bibliográfica; ...
Redes	Por quem e em que escalas a política circula?	atores; relações; dispositivos; poder; governança	mapeamento de redes; <i>websites</i> ; eventos; entrevistas; análise de dispositivos
Texto	Como o documento produz sentidos e soluções?	conceitos; linguagem; silêncios; contradições; enquadramentos	análise documental; análise do conteúdo de políticas; ...
Micropolítica	Como a política é retrabalhada nos contextos?	interpretação; recontextualização; resistência; efeitos	entrevistas; observação; análise comparativa entre prescrição e prática

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Perguntas orientadoras para a construção do desenho de pesquisa

Plano de análise	Perguntas orientadoras	Exemplos de material empírico
Produção da política	Que problema a política constrói? Quem o nomeia? Em resposta a quais pressões?	leis; pareceres; relatórios; notícias; documentos de organismos internacionais...
Circulação em rede	Que atores influenciam a política? Como se conectam? Que dispositivos organizam a governança?	<i>websites</i> institucionais; programas; parcerias; sistemas de avaliação; indicadores...
Textualização	Que conceitos estruturam o documento? Que soluções são legitimadas? O que é silenciado?	documentos oficiais; pareceres; diretrizes; relatórios técnicos...
Prática e micropolítica	Como atores interpretam a política? Onde muda de sentido? Que resistências emergem?	entrevistas; observação de reuniões; rotinas pedagógicas; documentos internos...

Fonte: Elaboração própria.

A figura a seguir sintetiza o percurso analítico integrado apresentado neste artigo, evidenciando a articulação entre processo, redes, texto e micropolítica.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644496611>

Figura 2 – Percurso analítico integrado



Fonte: Elaboração própria.

No plano formativo e investigativo, o Quadro 3 traduz esse percurso em dois exercícios cartográficos complementares — o mapa analítico da política e o mapa da rede da política — que podem apoiar tanto a formação avançada quanto a construção inicial de desenhos de pesquisa em análise de políticas educacionais.

Quadro 3 – Propostas de exercícios cartográficos para a formação e a pesquisa

Exercício	Objetivo analítico	Operações sugeridas	Produto esperado
Mapa analítico da política	Compreender a política como processo, identificando problema construído, disputas, traduções e efeitos.	Delimitar a política; localizar seu contexto de emergência; identificar o problema construído; registrar disputas, silêncios e ao menos um ponto em que a política muda de sentido entre texto e prática.	Esquema analítico sintético do percurso da política, articulando texto, contexto, prática e efeitos.
Mapa da rede da política	Visualizar atores, relações, escalas e dispositivos que participam da produção da política.	Listar atores; identificar conexões formais e informais; classificar relações (influência, financiamento, regulação, conhecimento); localizar dispositivos e escalas de circulação.	Mapa relacional da política, evidenciando fluxos, mediações e posições de poder.

Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

Ao longo do artigo, sustentou-se que as políticas educacionais não podem ser compreendidas adequadamente quando reduzidas à norma, ao Estado, ao texto ou à implementação. As políticas precisam ser analisadas como processos socialmente produzidos, articulados em redes heterogêneas, textualizados em discursos que

constroem problemas e soluções, e retrabalhados em contextos institucionais / organizacionais concretos. Essa compreensão exige uma abordagem igualmente relacional, capaz de cruzar escalas, materiais e técnicas de pesquisa.

A principal contribuição do texto é, portanto, de ordem teórico-metodológica. O artigo propõe um quadro analítico integrado capaz de orientar investigações qualitativas em políticas educacionais, especialmente no nível da pós-graduação. Ao organizar categorias, operações analíticas e possibilidades de combinação entre documentos, entrevistas, observações e análise de dispositivos, procura responder a uma questão recorrente do campo: como investigar políticas sem cair nem na descrição normativa, nem na abstração desarticuladas das práticas.

Também procurou-se mostrar, a partir do exemplo do contexto brasileiro, que este, particularmente no caso das políticas de avaliação e *accountability*, constitui um terreno analiticamente fecundo para observar a articulação entre redes transnacionais, performatividade, recontextualização e micropolítica. Nessa direção, a política aparece menos como comando fechado e mais como objeto em disputa, que assume versões diferenciadas à medida que atravessa instituições, atores e práticas.

A contribuição deste percurso está em articular diferentes referências teóricas e mostrar como estas podem orientar as decisões de pesquisa. No ciclo de políticas, isso significa olhar para os atores, as conexões e os dispositivos que fazem a política circular. Nas análises de redes, significa considerar também como os problemas são construídos no discurso e o que os textos deixam por dizer. Na análise discursiva, o olhar estende-se às formas como as organizações interpretam e traduzem as políticas. Já na recontextualização, essa articulação permite comparar o que é prescrito, como é interpretado, o que se faz na prática e quais efeitos são produzidos. Ao colocar essas perspectivas em diálogo, procura-se acompanhar as transformações da política ao longo desse percurso.

Essa integração, contudo, tem limites, pois a amplitude do quadro pode produzir ecletismo se o pesquisador não explicitar a compatibilidade entre pressupostos, perguntas e unidades de análise; também pode gerar dispersão empírica quando todas as escalas são tratadas com a mesma intensidade. Por isso, o percurso requer recortes justificados e não dispensa escolhas – uma investigação pode privilegiar um eixo, desde que mostre como este se relaciona com os todos os outros. Além disso, os dispositivos propostos precisam ser submetidos a usos empíricos comparados, em políticas e contextos distintos, para que se avaliem a sua capacidade explicativa, seus pontos cegos e as adaptações necessárias.

Conclui-se, por fim, que a relevância de um ensaio teórico-metodológico não depende da apresentação de dados empíricos originais, mas da consistência do problema formulado, da robustez do enquadramento teórico e da utilidade do percurso analítico que propõe. Quando consegue articular conceitos, evitar repetições e

oferecer instrumentos de inteligibilidade para a pesquisa, um texto dessa natureza não ocupa lugar secundário no campo. Ao contrário, pode constituir-se como referência para investigações futuras, precisamente por fornecer coerência, linguagem analítica e direção metodológica ao trabalho de pesquisa.

Referências

AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Etnografia de rede: mudança de perspectivas, abordagens e métodos para analisar a nova governança educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). *Pesquisa em políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2024. p. 19-45.

BACCHI, Carol. *Analysing policy: what's the problem represented to be?* Frenchs Forest, NSW: Pearson, 2009.

BALL, Stephen J. *Education reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J. *Global education inc.: new policy networks and the neoliberal imaginary*. London: Routledge, 2012.

BALL, Stephen J. *Politics and policy making in education: explorations in policy sociology*. London: Routledge, 1990.

BALL, Stephen J. *The micro-politics of the school: towards a theory of school organization*. London: Routledge, 1987.

BALL, Stephen J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of Education Policy*, London, v. 18, n. 2, p. 215-228, 2003. DOI: 10.1080/0268093022000043065.

BERNSTEIN, Basil. *Pedagogy, symbolic control and identity: theory, research, critique*. London: Taylor & Francis, 1996.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de; SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. DOI: 10.1590/S1517-97022012005000006.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. *Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. DOI: 10.1590/S0101-73302012000200004.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644496611>

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014. DOI: 10.1590/ES0101-73302014143817.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. DOI: 10.1590/S0101-73302006000100003.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, 2018. DOI: 10.1590/S1413-24782018230034.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas educacionais: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Follow the policy: a distended case approach. *Environment and Planning A*, London, v. 44, n. 1, p. 21-30, 2012. DOI: 10.1068/a44179.

PRIESTLEY, Mark; BIESTA, Gert; ROBINSON, Sarah. *Teacher agency: an ecological approach*. London: Bloomsbury, 2015.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA, Maria Angélica da; ALMEIDA, Lucinalva Alves de Araújo; MARINHO, Paulo. Profissionalização docente e projetos em disputa na formação inicial de professores no Brasil: na complexa teia da globalização e do neoliberalismo. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 67, p. 1-18, 2024. DOI: 10.24840/esc.vi67.782.

VERGER, Antoni; NOVELLI, Mario; ALTINYELKEN, Hülya Kosar (org.). *Global education policy and international development: new agendas, issues and policies*. London: Bloomsbury, 2012.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution- NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0).